

Colegas da Lista,

Foi com muito pesar que nós, autores do livro **Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora**, recebemos um documento assinado pelos senhores Francisco Carlos Limp Pinheiro e Elione Silva Guimarães contendo referências inexplicavelmente agressivas à obra e a seus autores. Inicialmente, optamos por responder com o silêncio, por não termos considerado o referido documento merecedor de atenção, tal o seu caráter desrespeitoso e, felizmente, nada usual no meio acadêmico, mas próprio do movimento estudantil e político-partidário. No entanto, o empenho dos autores em desqualificar o nosso trabalho tem sido tão grande, que tivemos que interromper nossos inúmeros afazeres para prestar alguns esclarecimentos.

Uma leitura mais apurada da obra, como um todo, poderá levar os autores do documento a concordar com o texto introdutório ao livro, quando este faz referência ao caráter **inovador** da pesquisa. De fato, não obstante a extensa produção historiográfica existente acerca de Juiz de Fora - a qual ajudamos a construir - este livro constitui-se num salto de qualidade. Pela primeira vez, o uso da Antropologia Histórica no estudo dos grupos que formaram a identidade de Juiz de Fora se fez presente e tal fato é incontestavelmente inovador.

Mesmo sabendo que o uso de processos-criminais para a produção de pesquisas acerca da História de Juiz de Fora já ocorreu, especificamente para a História da Escravidão na região, a metodologia utilizada, as demais fontes pesquisadas e as conclusões que resultaram do trabalho foram inovadoras. Em nenhum momento do livro dissemos que as fontes criminais nunca haviam sido pesquisadas antes de nós. Muitas pesquisas que resultaram do uso deste tipo de fonte foram e têm sido, inclusive, por nós orientadas. Mas pela primeira vez - e isto é incontestável - Juiz de Fora recebe um trabalho de pesquisa que apresenta as relações do cotidiano, as redes de solidariedade, as dificuldades encontradas pelos diversos grupos no processo de fixação no lugar, os conflitos estabelecidos, as formas de lazer e sociabilidade dos portugueses, dos negros, dos alemães, dos italianos e dos sírios e libaneses.

Portanto, o fato de não termos citado algumas publicações eletrônicas, resumos de projetos de estudantes de História publicados em Anais de ANPUH Regional e/ou monografias de final de Curso e termos optado por estabelecer um diálogo preferencial com as relevantes obras de historiadores consagrados nacionalmente, não significa, em nenhum momento, desprestígio ou desvalorização da produção local, que repetimos, na condição de ex-professores orientadores da quase totalidade da bibliografia requerida, conferimos muita importância. Só uma leitura menos obtusa poderá inferir que a produção local foi significativamente citada.

Ao contrário do que se afirma no documento, a pesquisa não se constitui em uma “história individual”, mas ao contrário, trata-se de um trabalho de história social, entendimento facilmente derivado de uma leitura menos preconceituosa e menos apressada dos capítulos iniciais e do livro como um todo. O fato da equipe de pesquisadores não ter feito a opção por trabalhar os processos-crime de forma quantificada e seriada, não induz ao raciocínio oposto - de caráter bastante simplista - de que a opção tenha sido por realizar uma “história individual”. Foram coletados por nossos estagiários, na condição de auxiliares de pesquisa, aproximadamente 360 (trezentos e sessenta) crimes. A partir da análise qualitativa dos mesmos, selecionamos aqueles que mais expressavam características comuns aos demais e os utilizamos como ilustração de parte dos argumentos expostos pelo trabalho. Portanto, o fato de citarmos crimes individuais não significa estarmos produzindo uma história de caráter individual, mas apenas utilizando de um

exemplo (entre muitos existentes) que ilustraria um comportamento ou um acontecimento comum a uma dada realidade.

Igualmente, ao contrário do que se afirma no documento, os processos criminais não foram a principal fonte de pesquisa do livro. Conforme pode ser observado, no final de cada capítulo, vários outros conjuntos documentais foram pesquisados, além de terem se constituído em fontes fundamentais os depoimentos orais e as fontes iconográficas.

Entre os inúmeros processos-crime citados pelo livro, um deles foi utilizado para desqualificar de forma imprópria todo o trabalho de uma equipe e a responsabilidade acadêmica de um dos autores. Trata-se de um exemplo citado no início de um capítulo, utilizado para **ilustrar** uma afirmação óbvia, que já é de conhecimento de todos, qual seja, a de que os portugueses que migraram para o Brasil em fins do século XIX e início do XX eram, em sua maioria, pobres. Portanto, as incorreções que porventura estejam contidas no exemplo - a serem verificadas - não comprometem em nada o argumento exposto, pois o mesmo não havia derivado desta fonte e sim do consenso já existente acerca dos imigrantes portugueses que vieram para o Brasil, conforme atestam as obras referenciadas no capítulo. Portanto, desqualificar todo um trabalho com base em um exemplo é, no mínimo, irresponsável.

Todos os capítulos que compõem o livro articulam-se em torno de uma problemática central, orientada por um quadro teórico específico e comprovada por um extenso conjunto documental. Parece-nos que, em que pese o fato dos autores do documento serem funcionários de instituição arquivística, eles não estiveram atentos para a própria obra que dizem criticar, e muito menos para a relação existente entre as fontes pesquisadas e as hipóteses a elas vinculadas. Mesmo que se viesse a comprovar a existência de incorreções em alguma fonte citada, era necessário, a priori, verificar se tal fato comprometeria qualquer conclusão apresentada pelo livro, o que não foi feito. Qualquer pesquisador sério sabe que, da mesma forma que uma hipótese só se comprova por um conjunto significativo de fontes pesquisadas, a recíproca é verdadeira, ou seja, uma hipótese não pode ser contestada a partir do erro de uma única fonte. Portanto, apontar erros ou omissões de coleta em um documento e usá-los com o fim de desqualificar todo o enfoque teórico-metodológico de uma obra constitui-se em um grave equívoco, desqualificando os próprios autores do documento enquanto interlocutores acadêmicos.

Por fim, gostaríamos de deixar claro que toda discussão acadêmica foi e sempre será muito bem-vinda. Como pesquisadores e professores universitários nunca nos furtamos à crítica e sempre expomos os resultados de nossas pesquisas em Congressos e em publicações diversas. Estaremos sempre abertos a ter nossas conclusões questionadas por nossos pares. Só não estenderemos este debate, especificamente, por não o considerarmos motivado por interesses acadêmicos e principalmente pela forma indecorosa com que fomos tratados. Atenciosamente,

Profa. Dra. Célia Maia Borges [celiaborges@ips.com.br](mailto:celiaborges@ips.com.br)

Profa. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Profa. Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira

Prof. Luiz Antônio Valle Arantes

Profa. Maraliz de Castro Vieira Christo

Profa. Ludmilla Savry Almeida